



A biopolítica pelas mãos do mercado: os projetos sociais da ALBRAS S.A.

Attila Magno e Silva Barbosa – Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR.

Resumo

O objetivo principal deste artigo é analisar os resultados alcançados pelos projetos de responsabilidade social empresarial nas comunidades beneficiadas. Tal análise está baseada em um estudo de caso da empresa ALBRAS S.A., mais especificamente em seus dois principais projetos sociais corporativos. Em um primeiro momento, discute-se o processo de empoderamento das empresas transnacionais ante o enfraquecimento do Estado-Nação no atual estágio de desenvolvimento capitalista. Em um segundo momento, tenta-se demonstrar que a promoção de tais projetos recorre a um discurso de “mobilização dos pobres”, no qual estes últimos são considerados responsáveis pela sua permanência ou não na condição de pobreza. Em um terceiro momento, demonstra-se que tais ações estão inscritas na racionalidade instrumental do mercado e, por isso, impõem todo um conjunto de técnicas gerenciais como única forma legítima de superar as carências e necessidades sociais, o que evidencia seu caráter biopolítico e antidissensual.

Palavras-chave

Responsabilidade social empresarial, globalização, dissenso.

Abstract

This article analyzes the results that corporate social responsibility projects have on the communities that benefit from them. The analysis is based on a case study on the company, ALBRAS SA, more specifically the two main projects it develops. Initially, it discusses the empowerment of transnational companies vis-à-vis the weakening of the national states at the present stage of capitalist development. At a second moment, it demonstrates that such projects are promoted by resorting to a discourse focused on the “mobilization of the poor”, in which the latter are considered for staying or not in a condition of poverty. Thirdly, it shows that such actions are inscribed in the instrumental rationality of the market, and for that reason they impose a set of management techniques as the only legitimate way of overcoming social deprivation and needs, which is an evidence of the biopolitic and anti-dissent characters of this kind of action.

Keywords

Corporate social responsibility, globalization, dissent.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o discurso da responsabilidade social empresarial (RSE) tem sido apresentado por diversos atores sociais como um dos caminhos possíveis para a construção de novas formas de promoção de cidadania e de inserção social. Um tipo de inserção não mais promovida exclusivamente pela figura do Estado, mas principalmente pelas chamadas parcerias intersetoriais entre Estado, mercado e o chamado “terceiro setor”. Um tipo de inserção social que elide a figura do Estado como esfera pública em que a vida em comum pode ser pensada e exacerba o caráter do Estado como mera esfera de exercício biopolítico, na qual uma massa global de indivíduos é gerida por um conjunto de técnicas que a reduz a simples estatística. Desse modo, o Estado é operacionalizado, não para promover igualdade e justiça social, mas, antes, para gerenciar necessidades não contempladas ou carências não suprimidas de indivíduos, convertidos em uma massa estatisticamente seccionável e quantificável.

Nesse sentido, em nosso entendimento, o projeto de “solidariedade empresarial” que se tem fortalecido nas duas últimas décadas no Brasil espalha-se à medida que as externalidades negativas do processo de flexibilização produtiva¹ passam a produzir uma fragilização dos vínculos sociais criados pela esfera de sociabilidade do trabalho. Ante esse quadro, advogamos a hipótese de que as ações de RSE desenvolvidas para a geração de renda e trabalho estão inscritas no conjunto de técnicas biopolíticas operacionalizadas para o atendimento de necessidades e carências locais, e não para a viabilização do acesso a uma condição de cidadania plena, como alardeia o discurso que sustenta essa lógica.

Para caracterizar essa hipótese, basear-nos-emos nas descrições de projetos sociais voltados para a geração de renda e oportunidades de trabalho desenvolvidos pela Alumínio Brasileiro (ALBRAS) S.A., empresa produtora de alumínio primário coligada à Companhia Vale do Rio Doce, localizada no município de Barcarena, no Estado do Pará. A pesquisa que deu origem a este artigo apoiou-se em uma pesquisa de campo. Além da pesquisa documental e da observação direta dos projetos institucionais desenvolvidos pela empresa, foram realizadas entrevistas

¹Tais externalidades correspondem à intensificação do processo de terceirização, à precarização dos direitos sociais atrelados ao emprego formal e ao aumento da informalidade e do desemprego estrutural.

com o gerente de relações externas da empresa, com engenheiros agrônomos envolvidos nos projetos e com pessoas beneficiadas pelos projetos e foram ainda aplicados formulários a uma amostra de 10% do corpo funcional da empresa, que era de 1336 funcionários em 2003. Logo, foram realizadas 136 entrevistas, a fim de captar o modo como os funcionários da Albras têm avaliado as ações e o discurso de RSE da empresa e têm sido influenciados por essas ações e por esse discurso. Todavia, gostaríamos de chamar atenção para o fato de que o caso será usado aqui mais no sentido de uma ilustração despretensiosa do que de uma comprovação empírica enfática, pois acreditamos que este tema tem demandado uma maior atenção e um melhor tratamento por parte das ciências sociais; por isso estamos apenas nos propondo a contribuir para a tarefa de debatê-lo, já que, nos dias atuais, a RSE encontra-se bastante disseminada no meio empresarial brasileiro.

Um produto biopolítico do regime de acumulação flexível

Desde a recessão econômica mundial do início da década de 70 e da crise do petróleo em 1973 que a exarcebou, uma forma de acumulação capitalista mais flexível foi sendo imposta de modo concomitante ao enfraquecimento do Estado-Providência que caracterizou o período de vigência do modelo taylorista-fordista de produção, modelo que se mostrou rígido demais para superar a crise pela qual passava o capitalismo. Em decorrência desse quadro, as décadas de 70 e 80 caracterizaram-se como períodos conturbados de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, o que fez tomar forma um regime de acumulação flexível que se contrapõe à rigidez do período fordista. Nas palavras de Harvey (2004, p. 140), tal regime “apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.

Desde então, no universo empresarial, tem ocorrido uma intensificação do trabalho, devido à exigência de uma multifuncionalidade dos trabalhadores no processo produtivo, assim como processos frequentes de reestruturação produtiva que diminuem o corpo funcional com vínculo empregatício². Além disso, testemunhamos nas últimas duas

² É preciso considerar que o vínculo empregatício não caracterizava apenas a celebração de um tipo de relação jurídica que permitia o acesso dos trabalhadores a toda uma rede de proteção social, mas também a possibilidade de eles planejarem o futuro com uma maior margem de segurança devido à hegemonia do contrato de trabalho por tempo indeterminado.

décadas o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos, o que tem levado a um processo de supressão de direitos trabalhistas e previdenciários, que, na maioria dos casos, não são privilégios, como quer fazer acreditar o discurso de inspiração neoliberal, mas conquistas de diversas lutas da classe trabalhadora obtidas no decorrer do século XX.

Por sua vez, na atual configuração do capitalismo, o fortalecimento dos mercados financeiros em detrimento do Estado-Nação, no que concerne à indicação dos caminhos possíveis tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o social, tem deslocado os processos decisórios cada vez mais para as esferas locais, estaduais e municipais – ou seja, desloca-se a tomada de decisões para esferas de maior proximidade sociopolítica das empresas, esferas nas quais elas podem mais diretamente exercer seu poder de influência.

A necessidade desse modelo de acumulação flexível é justificada no meio empresarial pelo argumento de que a maior complexidade dos mercados nos dias atuais exige formas de ação mais eficazes em um contexto de acirrada competitividade global. Desse modo, valores como desburocratização, inovação, diversificação, valorização de recursos humanos como meio de aumentar a competitividade e o desmanche do Estado-Providência são tidos como imprescindíveis para a sobrevivência empresarial na economia atual.

Do ponto de vista empresarial, a mudança de um modelo de produção mais rígido para um mais flexível parece trazer mais benefícios do que malefícios. Todavia, do ponto de vista social, devido ao modelo de especialização flexível que se materializa na fábrica enxuta e se alimenta de constantes inovações tecnológicas, o desemprego estrutural apresenta-se como uma externalidade negativa. No entanto, Castel (2003) chama a atenção para o fato de ser o desemprego apenas a manifestação mais visível de uma profunda transformação do emprego, pois a precarização do trabalho é uma outra característica dessa situação, em suas palavras, “menos espetacular, porém mais importante”. A precarização manifesta-se na perda gradativa da hegemonia do contrato de trabalho por tempo indeterminado que caracterizou o período taylorista-fordista, marcado pela instituição de uma sociedade salarial na qual os trabalhadores podiam vislumbrar certa estabilidade em sua vida graças à rede de proteções sociais existentes.

Para Castel (2003), a flexibilização produtiva instaura uma nova questão social, na qual a precarização do trabalho é o principal fator gerador da crescente pauperização de boa parte da classe trabalhadora.

Sob o ângulo do trabalho, três pontos de cristalização dessa questão podem ser percebidos: 1) desestabilização dos trabalhadores estáveis em decorrência da redução dos contratos por tempo indeterminado; 2) instalação da precariedade, por conta da condição de “interino permanente”; 3) déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendidos aqui por posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Essa nova ordem leva categorias cada vez mais numerosas de pessoas à perda do trabalho como meio de construção identitária. No caso específico do terceiro ponto, a consequência é o surgimento de um conjunto de indivíduos que Castel denomina “supranumerários”. Tal condição corresponde à dos não integrados e não integráveis. Em sentido durkheimiano, isso conduz a uma perda gradativa de um tipo de integração que decorre da sensação de pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes. Telles assim explica a corrosão dos direitos gerada por essa situação:

Além da evidente fragilização das condições de trabalho e de vida da maioria, a destituição dos direitos – ou, no caso brasileiro, a recusa de direitos que nem mesmo chegaram a se efetivar – significa também a erosão das mediações políticas entre o mundo social e as esferas públicas, de tal modo que estas se descaracterizam como esferas de explicitação de conflitos e dissenso, de representação e negociação; é por via dessa destituição e dessa erosão, dos direitos e das esferas de representação, que se ergue esse consenso que parece hoje quase inabalável de que o mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, que diante de seus imperativos não há nada a fazer, a não ser a administração técnica de suas exigências, que a sociedade deve a ele se ajustar e que os indivíduos, agora desvencilhados das proteções tutelares dos direitos podem finalmente provar suas energias e capacidades empreendedoras (TELLES, 1998, p. 25-26).

A descrição feita por Telles (1998, 1999, 2000) corresponde ao encolhimento da cena política, o que se evidencia na restrição da dimensão transgressora da palavra que deveria reivindicar e pronunciar os direitos daqueles que sofrem os danos concernentes à fragilização da rede de proteção social – que a condição de assalariamento tornou acessível, se não para todos os trabalhadores, como no caso brasileiro, pelo menos para uma parte deles, como uma situação almejável, um horizonte de direitos sociais a serem

conquistados. As consequências desse encolhimento são a inviabilização da construção de alternativas na dinâmica conflituosa da vida social e o estreitamento do horizonte do possível e do pensável, situações que levam a um processo de demissão do pensamento como possibilidade fundadora de um mundo comum.

O fomento dessa lógica processa-se pela via das estratégias políticas de inspiração neoliberal, que veem no encolhimento do papel do Estado enquanto provedor do bem-estar social uma exigência para o bom funcionamento dos mercados – estes últimos entendidos como esferas adequadas para garantir o vigor e a saúde socioeconômica em tempos de economia global. Para os arautos dessa lógica, a liberdade de mercado é agir sem as amarras de demandas sociais coletivas que possam impedir a livre expansão dos mercados.

Nesse sentido, é preciso considerar, como o faz Bourdieu (1998), o fato de o Estado ser uma realidade ambígua que não pode ser vista como um simples instrumento a serviço dos grupos dominantes; porém, apesar de não ser neutro, ele pode desenvolver certa autonomia e força a partir de uma condição de antiguidade como lugar de incorporação e de registro de conquistas sociais em suas estruturas. Ou seja, se no contexto da globalização neoliberal o Estado é percebido como fragilizado para a tarefa de promover o acesso aos bens públicos, isso se deve mais a uma construção discursiva que lhe imputa tal condição do que propriamente por impossibilidades que lhe sejam inerentes. Para Bourdieu, esse discurso não possui a neutralidade que seus defensores alegam, até porque sua origem é socialmente bem definida, qual seja, o ascetismo econômico do velho discurso ligado à tradição calvinista que fundamenta a moral americana do *self-help* [virar-se por conta própria], além de sustentar-se em alguns postulados distorcidos da teoria econômica:

o primeiro postulado é que a economia é um domínio à parte, separado do mundo social, governado por leis naturais, universais, que os governos não devem contrariar. O segundo postulado diz que o mercado é a instância capaz de organizar de forma ótima as relações sociais, as trocas, a produção, etc., e também de garantir uma distribuição equi-tativa. Faz-se uma equação entre mercado e democracia. O terceiro postulado afirma que a globalização exige a redução das despesas do Estado, a diminuição das despesas sociais – ou seja, o retorno ao *laissez-faire* – e a supressão de tudo o que possa turvar a lógica pura do mercado. Os direitos sociais em matéria de

emprego, previdência social, são vistos como onerosos e disfuncionais (BOURDIEU, 2002, p. 26).

A disseminação desses postulados como dotados de validade universal em certos discursos econômicos proferidos em nome de uma pretensa neutralidade política fundamentada em uma racionalidade técnico-instrumental, aliada à incorporação de uma narrativa da responsabilização individual, nas palavras de Bourdieu, criam aquilo que ele chama *sociodiceia*, isto é, “uma narrativa que tem por função justificar a sociedade tal como ela é” (2002, p. 26). Desse modo, um conjunto de elementos contribui para a criação de um cenário propício para induzir os indivíduos à assimilação da crença de que a transformação de suas condições de vida é uma tarefa que compete quase que exclusivamente a si mesmos, isoladamente ou agregados a outros indivíduos que se encontrem na mesma situação.

Nessa perspectiva, o problema não é como se configura o atual estágio de acumulação capitalista, mas é, antes, como difundir o espírito empreendedor entre aqueles aos quais se impõe a destituição do acesso a um emprego socialmente protegido. Alicerçada em uma ideologia da competência, essa narrativa cria um cenário propício para a disseminação de duas ideias aparentemente sem ligação, mas que de fato são as faces de uma mesma moeda: 1) o indivíduo é responsável pela sua empregabilidade; 2) a solidariedade social por via de ações de voluntariado e de filantropia é um substitutivo das ações de grupos politicamente organizados³ na busca pela instauração dos direitos inerentes à cidadania. É essa última ideia que dá suporte ao discurso segundo o qual as empresas, assim como os indivíduos, devem responsabilizar-se pelos seus atos ante a sociedade.

Como demonstra Ivo (2001, p. 71), nos termos da política neoliberal, é preciso “mobilizar o potencial dos pobres”, isto é, aproveitar as relações sociais existentes nas comunidades e canalizá-las para a resolução tanto do problema material da pobreza, quanto da participação e integração social. A participação e a capacidade de organização dos pobres na apresentação de suas demandas e na produção de soluções para suas necessidades básicas são tidas como uma condição efetiva que pode ser considerada tanto do ponto de vista positivo quanto negativo. Do ponto de vista positivo, leva-se em conta o aproveitamento do potencial de combate e de resistência dos pobres, visando transformá-lo em um “ativo”

³ Entendam-se aqui, partidos políticos, sindicatos, entidades corporativas e grupos de interesses cuja atuação política dá-se na esfera institucional do Estado.

que os faça superar sua condição de vulnerabilidade social e, por conseguinte, lhes permita a integração ao mercado e a superação da condição de pobreza. Nessa perspectiva, são considerados apenas “aqueles pobres viáveis, os ‘bons’ pobres, os capazes de transformarem-se em cidadãos-consumidores integrados à sociedade de mercado” (IVO, 2001, p. 71). Do ponto de vista negativo, a pobreza é considerada “residual ao progresso da sociedade industrial e como situação incompatível com o crescimento e a ordem democrática” (IVO, 2001, p. 71). Nessa perspectiva neoliberal, “avançam políticas repressivas ou de gestão da miséria e da assistência, muitas vezes articuladas às ações caritativas de entidades e organizações filantrópicas e hoje às ONGs” (IVO, 2001, p. 71).

A implementação das ações sociais de RSE, em linhas gerais, segue o seguinte padrão⁴: um corpo técnico constituído pela parceira intersetorial⁴ deve conduzir o processo de identificação das carências a partir de um diálogo com os membros das comunidades e, posteriormente, deve disponibilizar o conhecimento para que os membros dessas comunidades possam suprir suas necessidades e, futuramente, dar continuidade por si mesmos ao que vier a ser implementado. Tudo isso é aparentemente lógico, se não fosse o fato de as empresas contribuírem com todo um aparato técnico que se impõe como a forma mais adequada de proceder ante os problemas detectados. Assim, as empresas entram na interação com os demais atores envolvidos amparadas em quantificações do real e em preceitos fundamentados em uma racionalidade instrumental que, aos olhos dos atores do mercado, são procedimentos que conferem legitimidade às ações empreendidas. Nesse cenário, os saberes dos “beneficiados” são colonizados pelos saberes técnicos-gerenciais que se encarregam de esvaziar qualquer possível fala dissensual que comprometa o processo.

Diante desse quadro, não é mero acaso o discurso da RSE que se posiciona a favor do desenvolvimento de projetos sociais que encarnem a lógica do “é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe”. Nessa linha, ajuda efetiva é entendida como aquela que visa gerar uma condição de autonomia das comunidades pela via da capacitação dos beneficiados para a gestão dos problemas socioeconômicos por eles enfrentados. A responsabilização do pobre pela permanência ou não na condição de pobreza é inerente à lógica da RSE; a maior evidência disso é a ênfase na

⁴ Entenda-se a aliança entre Estado, mercado e terceiro setor no desenvolvimento de projetos sociais.

necessidade de se transferirem conhecimentos gerenciais para as organizações não governamentais (ONG) e comunidades beneficiadas.

É possível então constatar que as ações de RSE desenvolvidas no intuito de gerar trabalho e renda no contexto de um regime de acumulação flexível que configura uma situação crescente de exclusão e de pauperização social podem ser entendidas como uma externalidade da própria flexibilização produtiva. Trata-se, porém, não de uma externalidade qualquer, mas de um tipo de externalidade que transfere parte da dimensão biopolítica inerente ao Estado moderno para o mercado. Se considerarmos a tese de Foucault (2000) segundo a qual a biopolítica consiste em um conjunto de técnicas disciplinares para a gestão dos corpos individuais e coletivos e, como tal, é o avesso da política, é possível dizer que as ações sociais de RSE não são um meio de afirmação dos direitos constitutivos de uma condição ampliada de cidadania; são, antes, um meio de gestão da miséria e da pobreza que passa a ser uma responsabilidade dividida entre o Estado, o mercado e a própria sociedade civil. Em outras palavras, essas ações são um meio de assistência das necessidades e carências de comunidades locais. No entanto, tal tipo de assistência consiste, não meramente em suprir de modo direto as carências e necessidades das comunidades beneficiadas, mas em disponibilizar todo um *know how* de conhecimentos técnicos e gerenciais no sentido de que, após a retirada da empresa, as próprias comunidades possam conduzir aquilo que tenha sido implementado, até porque, a esse processo, está nitidamente incorporada a ideia de que os projetos sociais implementados devem tornar-se sustentáveis, o que significa dizer que os beneficiados devem responsabilizar-se pela sua gestão.

Desse modo, apesar dos benefícios sociais e econômicos gerados nos grupos assistidos, o que temos é uma resposta biopolítica do atual estágio de acumulação capitalista às externalidades negativas geradas pela flexibilização produtiva. Estamos diante de um tipo de biopolítica que responsabiliza o indivíduo pela gestão de sua vida, e aí se incluem todas as suas carências e necessidades, além, é claro, de sua condição de

⁵ Aqui entendida como efeitos positivos ou negativos – em termos de custos e benefícios – que são gerados pelas atividades de produção ou de consumo realizadas por um agente econômico e atingem os demais agentes, sem que eles tenham oportunidade de impedi-los ou a obrigação de pagá-los. Portanto, externalidades referem-se ao impacto de uma decisão sobre aqueles que não participaram dessa decisão. Elas podem ser negativas, quando geram custos para os demais agentes, ou podem ser positivas, quando eles, de modo involuntário, delas se beneficiam.

empregabilidade. Essa empregabilidade é entendida nos termos neoliberais como a capacidade de manter-se empregável, isto é, a capacidade de estar continuamente engajado em uma formação contínua, para adquirir novas competências e qualificações que estejam em sintonia com as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais flexível – tanto em sua configuração produtiva, em decorrência da implementação de novas tecnologias como a robótica e a telemática e de novas técnicas gerenciais que conduzem ao aumento dos índices de produtividade com contingentes cada vez menores de trabalhadores, porém multifuncionais, quanto em suas configuração jurídicas, que põem em xeque o contrato por tempo indeterminado como estatuto social hegemônico no mundo do trabalho.

Um caso que ilustra nossa hipótese

Um caso que ilustra bem a hipótese aqui defendida é o da empresa Alumínio Brasileiro S.A. (Albras), produtora de alumínio primário instalada no município de Barcarena, no Estado do Pará, no ano de 1985. A Albras é uma empresa de capital fechado que conta com 51% de capital da Companhia Vale do Rio Doce S/A (CVRD) e 49% da Nippon Amazon Aluminium Company Ltd (NAAC) – um consórcio de 17 empresas japonesas, entre *trading companies*, bancos, consumidoras e produtoras de alumínio, e o Japan Bank for International Cooperation, maior produtora individual de alumínio primário nacional e oitava do mundo, sua produção garantindo 15% do consumo japonês de alumínio.

A Albras foi constituída em outubro de 1974 tendo como objetivo principal a industrialização e a comercialização de lingotes de alumínio; a reorganização econômica do capitalismo pós-crise de 1973 foi um fator fundamental de estímulo para sua implementação. Essa reorganização econômica suscitou a necessidade de uma nova divisão internacional do trabalho, sendo uma de suas marcas o deslocamento de atividades industriais dos países industrializados, que tradicionalmente detinham a produção manufatureira, para países semi-industrializados ou de industrialização recente. Nesse cenário, o setor industrial do alumínio primário sofreu consideráveis mudanças. Um exemplo disso é a indústria japonesa, que, devido ao virtual fechamento de sua capacidade produtiva, passou a incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de abastecimento de alumínio primário em países com abundância de energia barata e de reservas de bauxita, como é o Brasil, mais especificamente o

Estado do Pará⁶ (TARSITANO NETO, 1995). É preciso não esquecer que os países historicamente inscritos no cenário do capitalismo de forma periférica e subordinados aos interesses dos países do capitalismo avançado, e mais recentemente das grandes corporações privadas globais, habitualmente foram e têm sido encarados como meros territórios produtivos, nos quais é possível obter matérias-primas abundantes e mão de obra barata.

Nesse sentido, a instalação de uma cadeia produtiva de alumínio primário no Estado do Pará, constituída pela exploração da bauxita pela Mineração Rio do Norte (MRN) S.A, pela Alumina do Norte do Brasil (ALUNORTE) S.A., produtora de alumina, e pela ALBRAS S.A., produtora de alumínio primário, nitidamente se apresenta como um exemplo inscrito no contexto da especialização flexível, aqui entendida como o resultado local de um processo de reestruturação que tem gerado diversas formas coexistentes de reorganização produtiva e espacial, no âmbito tanto regional, quanto global.

A construção da Albras começou em 1981, e a implantação da empresa foi programada em duas etapas de 160 mil toneladas/ano cada uma. No dia 6 de julho de 1985, quando do início do funcionamento da primeira fase de sua planta industrial, ela tinha capacidade de produção nominal anual de 160.000 toneladas de lingotes de alumínio. Em 1991, com a partida da segunda fase, essa capacidade aumentou para 320.000 t/ano. Em outubro de 1993, foram concluídas melhorias tecnológicas que aumentaram a capacidade nominal de produção da empresa para 345.000 t/ano. Em dezembro de 2001, devido a outra expansão em seu parque industrial, houve um aumento para 406.000 t/ano. Já em 2002, a Albras supera esse número e produz 407.726 t/ano; nos anos seguintes, ocorreram sucessivos recordes de produção e, em 2006, outro recorde,

⁶ O Pará tem instalada em seu território a maior produtora de bauxita do país e uma das três maiores do mundo, a Mineração Rio do Norte, localizada em Porto de Trombetas, no município de Oriximiná, também coligada à CVRD, com capacidade instalada de 16,3 milhões de toneladas anuais de minério (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2005). A bauxita é a matéria-prima básica para a produção da alumina que, junto com a energia elétrica – produzida pela usina hidrelétrica de Tucuruí, segunda maior usina do país, localizada no rio Tocantins, com capacidade instalada de 4.245 MW, até o final de 2002 – são as matérias-primas básicas para a produção do alumínio primário na forma de lingotes. Para se ter uma ideia, a Albras, por ser uma indústria eletrointensiva, é hoje a maior consumidora individual de energia do Brasil, respondendo por 1,5% de toda a demanda nacional (PINTO, www.adital.com.br). Isso representa o mesmo consumo de Belém e Manaus juntas, as duas maiores cidades da região Norte, que possuem, respectivamente, 1.408.847 e 1.612.475 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

455.561 t/ano. Todavia, o mais revelador foi o fato de a empresa ter conseguido tais números com médias anuais de 1.307 e 1.271 empregados diretos no final dos respectivos anos. Isso porque, no início dos anos 90, quando a empresa gradativamente implementa técnicas de gestão inspiradas no modelo japonês, o número de empregados diretos era 2.356.

O importante, para fins deste trabalho, é que, nos anos 2000, o aumento da produtividade tem ocorrido com pequenas reduções na média do quadro funcional efetivo anual, nada comparável às reduções ocorridas na década anterior, decorrentes de processos de reestruturação mais intensos. Trata-se, porém, de algo que parece caracterizar uma tendência que vai no sentido de conseguir otimizar o ajuste entre o quadro funcional e a capacidade produtiva da empresa, como demonstra o quadro abaixo.

ITENS/ANOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção Lingotes (t)	332.711	407.726	432.121	435.026	445.393	455.561	455.272
Média Efetivo/Ano	1.301	1.307	1.300	1.299	1.292	1.271	1.271
Produção/Empregado	255,7	312	332,4	334,9	344,7	358,4	358,2

Quadro 1: Produtividade lingote/empregado/ano na ALBRAS S.A. (2001-2007).

Fonte: ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A., 2003, 2004, 2005, 2006, 2007.

O enxugamento do quadro funcional da Albras para enquadrar-se no regime de acumulação flexível capitalista processa-se de modo concomitante ao fortalecimento do discurso empresarial segundo o qual a empresa deve assumir uma postura de protagonista na promoção de ações que gerem o desenvolvimento social no seu entorno, não mais criando empregos diretos, mas criando condições para que os beneficiados por suas ações responsabilizem-se pela gestão de suas próprias condições materiais de existência.

No cenário desenhado pelo regime de acumulação flexível, a Albras, em razão de seu caráter transnacional, está sujeita à unicidade das técnicas que caracteriza o atual estágio do capitalismo global. Exemplo disso é o fato de a empresa possuir as três principais certificações de práticas de gestão ligadas à RSE, o que revela sua sujeição ao sistema único de técnicas que permite o uso de práticas similares em diferentes lugares para fins de um monitoramento padronizado global, e aqui claramente assistem razões para defender o argumento levantado por Santos (2003).

No caso das indústrias que constituem a cadeia produtiva do alumínio primário no Brasil, a similaridade das práticas gerenciais é um

fato incontestável, pois, assim como a Albras, elas também se destacam em alguma modalidade de prática socialmente responsável, sejam internas, sejam externas. Entretanto, ainda que alguma dessas empresas não possua uma certificação específica, as práticas de RSE fazem-se presentes em todas elas. Isso deve-se ao fato de o alumínio primário ser uma *commodity*, o que obriga as empresas a adotar todo um conjunto de práticas organizacionais similares. Vejamos o quadro abaixo.

Companhia	SA 8000 (Responsabilidade Social)	ISSO 14001 (Gestão Ambiental)	OHSAS 18001 (Segurança e Higiene)
Albras	Sim	Sim	Sim
Alcan		Sim	
Alcoa	Sim	Sim	Sim
Alumar	Sim	Sim	Sim
Alunorte		Sim	Sim
CBA		Sim (mineração)	Sim
MRN		Sim	Sim
Novelis		Sim	Sim
Valesul		Sim	Sim

Quadro 2: Principais certificações da cadeia de produção de alumínio primário.

Fonte: Associação Brasileira do alumínio (ABAL, 2005).

Com base na abordagem de DiMaggio e Powell (1999) sobre o isomorfismo institucional nos campos organizacionais, é possível dizer que a atuação dessas empresas no mercado global é um fator decisivo na incorporação de modelos gerenciais de caráter mimético e normativo. A adesão à padronização dos processos concernentes às certificações na cadeia de produção do alumínio primário brasileiro é um indicativo disso.

A imposição de sistemas de gestão padronizados dá suporte ao processo de empoderamento das empresas transnacionais ante o poder do Estado-Nação (FURTADO, 1999; GIDDENS, 2003; SANTOS, 2003), isso porque, cada vez mais, as empresas enxergam os territórios nacionais a partir da lógica do gerenciamento de suas cadeias produtivas. Assim, no caso da Albras, a produção de alumínio primário está instalada no Estado do Pará por conta da abundância de suas matérias-primas básicas: a bauxita para a produção da alumina e a energia elétrica proveniente da hidrelétrica de Tucuruí. Dessa feita, os problemas socioambientais gerados pela atuação da empresa precisam ser

gerenciados de modo adequado, para que ela não sofra reveses decorrentes de qualquer ato que possa vir a gerar externalidades negativas capazes de depreciar o valor de mercado das ações da CVRD aos olhos de seus acionistas. O empoderamento da empresa no âmbito local resulta da necessidade de estabelecer um maior controle sobre tais possíveis externalidades; daí a necessidade de realizar os projetos sociais pela via de parcerias com o poder público local e com entidades e comunidades mais próximas da área de influência política da empresa.

No caso da Albras, isso pode ser facilmente observado quando se consideram as parcerias intersetoriais existentes, pois os dois projetos sociais aqui analisados foram viabilizados graças a parcerias com o poder público municipal, com as comunidades beneficiadas, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e com a Cooperativa de Serviços Agroflorestais e Industriais (COOPSAI). O discurso do gerente de relações externas da empresa comprova isso:

Eu acho que a globalização [...] pressupõe que você crie times, você sozinho não é nada. Você tem que ter parcerias, e as políticas da empresa sempre foram estendidas aos seus parceiros. Nos programas que a Albras desenvolve internamente, ela incentiva os seus parceiros a fazer a mesma coisa.

O conteúdo do discurso proferido pelo gerente revela que a empresa concebe a responsabilidade social como uma estratégia, pois possui uma visão sistêmica da rede de relações constituída com seus *stakeholders*⁷. A ideia do modelo organizacional reticular está bem presente no estabelecimento das parcerias intersetoriais da empresa, porém é preciso considerar que podemos estar diante de um tipo de processo no qual, como ressalta Bourdieu (2002), a prescrição do real converte-se em descrição do real. Dizemos isso porque a fala do gerente de relações externas, que expressa a visão da empresa, indica uma prescrição da realidade, que tem soado como uma descrição para a maioria dos agentes envolvidos.

⁷ Termo que, no campo empresarial, designa qualquer indivíduo ou grupo que pode afetar, por meio de suas opiniões e ações, as atividades das empresas, ou que pode ser afetado pelas ações dessas empresas. Esse termo surgiu como contraponto à noção de *shareholders*, que corresponde aos acionistas. O discurso da RSE apregoa que as preocupações das empresas não devem restringir-se apenas aos interesses dos acionistas; devem abranger também os dos funcionários, dos fornecedores, dos consumidores, da comunidade, do governo, etc.

Dois projetos sociais desenvolvidos pela empresa nas comunidades próximas de sua planta industrial enquadram-se na hipótese proposta por nós: o projeto “Nosso lixo tem futuro” e o projeto Programa de Agricultura Familiar Mecanizada (PAFAM), ambos coordenados pelo departamento de relações externas da empresa.

O projeto “Nosso lixo tem futuro” está localizado na Vila dos Cabanos, em Barcarena, e tem como parceiros a COOPSAI, a EMBRAPA (Amazônia Oriental) e a Prefeitura Municipal de Barcarena. As áreas de atuação do projeto são: a reciclagem e a compostagem de lixo, o cooperativismo, a geração de emprego e renda e a mobilização social. Nesse projeto, a Albras lidera e financia os recursos materiais, a COOPSAI coordena o trabalho, a EMBRAPA proporciona acompanhamento técnico, e a prefeitura recolhe o lixo e compra o composto produzido pela unidade para ser utilizado nas comunidades rurais do município. Os objetivos desse projeto são: a melhoria das condições ambientais e sanitárias das comunidades; a mudança comportamental da sociedade na geração, no acondicionamento e na destinação do lixo; a preservação ambiental, para evitar a contaminação do solo e do subsolo; o resgate da cidadania pela reorientação do trabalho dos catadores de lixo; o fortalecimento do segmento cooperativista do trabalho; a geração de novos postos de trabalhos; a transformação de lixo em produtos para comercialização; a redução dos gastos públicos com o serviço de tratamento de lixo.

Em 2003, esse projeto beneficiou 30 pessoas que trabalham na unidade de compostagem. Eram antigos catadores que viviam em lixões e costumavam ter uma renda mensal de aproximadamente R\$ 50,00 e R\$ 100,00. Nesse ponto, é possível verificar uma mudança significativa na realidade dessas pessoas, pois, a partir da implantação do projeto, a renda desses ex-catadores de lixo passou a girar em torno de R\$ 250,00 e R\$ 650,00 mensais. Esse valor é alterado de acordo com a produção, pois a retirada é feita em regime de pró-labore. Além desse incremento na renda mensal, todas as famílias dos cooperados que participam da unidade de compostagem de lixo de Barcarena contam com aulas de alfabetização e informática. No momento da realização da pesquisa, a Albras não participava mais diretamente da administração do projeto, o papel desempenhado pela empresa no passado consistiu no investimento em equipamentos e no apoio na construção das instalações físicas da unidade de Barcarena.

No que concerne ao PAFAM, o projeto conta com a parceria da Albras, da COOPSAI, da EMBRAPA e da Prefeitura Municipal de

Barcarena, tendo as seguintes áreas de atuação: agricultura mecanizada, associativismo, geração de trabalho e renda, mobilização social e campanhas nas comunidades “Vai Quem Quer” e Japiim. A ideia desse projeto surgiu da necessidade de utilizar o composto orgânico produzido nas unidades de compostagem de lixo a fim de verificar a eficácia do composto na produção agrícola. Sendo assim, no final de 2001, a Albras, em conjunto com a EMBRAPA e a prefeitura de Barcarena, deu início ao projeto PAFAM com a aquisição de uma patrulha mecanizada visando oferecer infraestrutura, apoio técnico e maquinário aos “moradores rurais” das comunidades beneficiadas.

O programa visa tornar o projeto autossustentável em até dois anos, objetivando atender 250 famílias, tendo cada família uma área de até cinco hectares. Porém, é preciso que se diga que, até o término desta pesquisa, o projeto atendia somente 20 famílias. No que diz respeito à operacionalização desse projeto, é possível perceber que os membros da comunidade produzem em regime de mutirão em todas as lavouras, caracterizando assim o que por eles é chamado de “juntada”. Antes do PAFAM, as referidas comunidades trabalhavam exclusivamente com a cultura da mandioca; hoje o que se tem é um revezamento nas culturas, que, além da mandioca, agora também envolve o cultivo do feijão, do milho e do maracujá – parte da produção desse último é vendida para a AMAFRUTA, empresa fabricante de polpa e suco de frutas, o que tem garantido uma renda adicional para os beneficiados.

Em um primeiro momento, foi solicitado às comunidades que se organizassem em cooperativas; em seguida, no primeiro semestre de 2003, a Albras forneceu adubo e adquiriu máquinas (patrulha agrícola – tratores, roçadeira, carreta, espalhadora de calcário e furador de covas) e, com o apoio da EMBRAPA e da COOPSAI, possibilitou assistência técnica, qualificação, acompanhamento de profissionais, variedade de cultivo e agregação de valor ao que fosse produzido pelas comunidades. Além da produção agrícola, as comunidades, com o apoio e o treinamento de profissionais da EMBRAPA, também passaram a cultivar um horto de plantas medicinais para a fabricação de remédios. O papel da COOPSAI consiste na prestação de serviços gerais, de serviços agrícolas e no manuseio da “Tritucap” por um tratorista. A utilização do maquinário está condicionada a um cronograma previamente estabelecido, no qual os terrenos dos membros da comunidade são assistidos de acordo com as épocas de plantio e colheita.

O programa proporcionou a essas comunidades a construção de ramais de acesso e a implementação da rede elétrica. Dentre outros benefícios gerados, destacam-se: a construção de uma casa de farinha na qual se agrega valor à produção de mandioca para que seja distribuída em todo o município e, conseqüentemente, gere aumento de renda para os beneficiados, a construção de uma praça central e de um campo de futebol, de uma escola e de um centro de saúde e a realização de aulas de computação para as famílias da localidade, com o apoio do Comitê de Democratização da Informática.

A pesquisa revela que a execução, a operacionalização e a consequente sustentabilidade dos projetos sociais dependem das parcerias da empresa com o poder público municipal e as comunidades, e também com a EMBRAPA. De fato, o sucesso desse tipo de projeto é maior quando existe transferência de conhecimento e de experiências entre os atores sociais que compõem cada setor envolvido. No caso pesquisado, fica evidente que as parcerias intersetoriais são fundamentais para a consolidação dos resultados, como advoga, aliás, Fischer (2002).

Da observação das experiências dos projetos PAFAM e “Nosso lixo tem futuro”, infere-se que a Albras tem sido um agente de desenvolvimento social importante em seu entorno. Todavia, os projetos sociais enfrentam certas dificuldades para se tornarem autossustentáveis, pois existe uma herança paternalista bem presente nas comunidades, fruto do modelo de relação política que tradicionalmente tem caracterizado as relações dessas comunidades com o poder público local. A esse respeito, alguns beneficiados externaram suas preocupações com a futura saída da empresa dos projetos. Um bom registro disso está no depoimento de um membro da comunidade “Vai quem quer”: “Eu acredito que a empresa tem que nos ajudar. Eu acho que a gente tem que batalhar, mas se tiver [*sic*] nos ajudando é melhor. Mas se ela sair a gente vai ter que dar nosso duro pra ir pra frente, pra não deixar fracassar”.

Segundo o discurso da empresa, um de seus principais objetivos é a mudança daquilo que ela considera uma visão paternalista e assistencialista, que se encontra enraizada no imaginário dessas comunidades. A empresa alega ter clara consciência de que a ampliação de seu papel como agente social requer inclusive a modificação de comportamentos sociais, como se depreende da declaração de outro gerente de relações externas:

Todos os nossos programas buscam a geração da atividade empresarial para as pessoas terem renda [...] só que a gente tem muita preocupação com o paternalismo e o assistencialismo, então as pessoas estão sendo treinadas para caminharem com suas próprias pernas.

O sentido dessa declaração pôde ser efetivamente apreendido quando das visitas às comunidades. Verificou-se, assim, que o projeto “Nosso lixo tem futuro” já não mais se encontra sob a responsabilidade da empresa, são os cooperados da COOPSAI que conduzem o projeto, tendo havido um aumento considerável nos rendimentos dos beneficiados em relação a sua situação anterior. Já no que diz respeito ao PAFAM, o aumento da renda decorrente da produção é fato incontestado, pois a produção volta-se, não mais apenas para a subsistência, mas também para a geração de um excedente de produção que permita aos beneficiados negociar com o mercado local e com empresas produtoras de polpa e suco de frutas. A casa de farinha é outro ponto a ser ressaltado, pois possibilita fabricar farinha de qualidade, agregando maior valor à mandioca produzida pelos agricultores.

A preocupação com a mudança de comportamentos sociais está tão presente nas ações sociais da empresa que nas comunidades beneficiadas pelo PAFAM tem havido uma mudança na relação com a terra. Para comprovar isso, basta evocar o depoimento do engenheiro agrônomo da COOPSAI responsável pelas áreas beneficiadas pelo projeto: “Os membros da comunidade eram moradores rurais e não agricultores rurais”.

Quanto à visão que os funcionários têm da atuação social da empresa, as informações coletadas demonstram que o corpo funcional tem absorvido os valores que lhe são repassados, pois 50% acreditam que a responsabilidade social está integrada aos negócios da empresa e 40%, que a empresa está realmente compromissada com a transformação da realidade local. Portanto, a avaliação feita pelos funcionários é bastante positiva, já que 90% aprovam as ações sociais da empresa. Somente 5% dos entrevistados entendem as ações sociais da empresa como ações de filantropia, estão convencidos de que a empresa estaria apenas resolvendo um problema momentâneo, sem atuar como agente de transformação da realidade. De acordo com os demais 5% dos entrevistados, a empresa adota essas práticas meramente como estratégia de *marketing*, pois sua intenção seria melhorar a sua imagem. Esses números demonstram que a

empresa está conseguindo transmitir de forma eficiente não só o conteúdo dessas ações, como também as intenções que ela acredita ou quer fazer acreditar que estão por trás delas. Tais números explicam-se pelo fato de parte da direção da empresa estar preocupada em disseminar junto a seu público interno, por intermédio de informativos e campanhas, o conteúdo dos projetos sociais desenvolvidos e, assim, tentar espriar uma mentalidade de responsabilidade social.

Um exemplo disso é a existência de um projeto interno chamado Empresa-Cidadã⁸ que visa estimular as práticas de voluntariado. A empresa fornece suporte material e financeiro aos funcionários que queiram desenvolver projetos para ajudar a encontrar soluções para problemas vivenciados pelas comunidades dos municípios situados perto da planta industrial. A esse respeito, diz o gerente de relações externas da empresa:

Na parte interna isso é como você namorar alguém, você tem que ir conquistando, as pessoas têm que entender que aquilo é bom. Como é que a gente resolve isso? Com comunicação. Você pode fazer um negócio muito bom, você tem que influenciar internamente. Então, aos poucos os empregados da Albras começaram a se aperceber do que eles podiam fazer para o social, esse projeto Empresa-Cidadã é para que cada um levasse para fora dos muros da empresa um pouco dos conhecimentos adquiridos aqui dentro, e isso vai contaminando todo mundo; você vai servindo de exemplo também para o cliente externo. Aí as empresas que prestam serviço pra gente começam a ter que ter os mesmos programas de gestão, os

⁸ Em 1998, aproveitando uma ideia surgida em um grupo de Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), dez mecânicos e eletricitas funcionários da Albras resolveram propor soluções para um problema exposto em uma reportagem do Jornal Nacional, da Rede Globo, sobre a realidade das olarias próximas da cidade de Abaetetuba (PA), município que fica a 53 km de Barcarena. A reportagem detectou que as máquinas a diesel que moem o barro e o transformam em tijolos, operadas pelos oleiros, conhecidas como “marombas”, por serem rudimentares, geravam um número considerável de amputações, principalmente de crianças, pois os trabalhadores pressionavam o barro com os pés e com as mãos. Os funcionários da Albras resolveram, então, executar o projeto Marombas, em 1998 e 1999, e os resultados obtidos foram além das expectativas. A aplicação dos conhecimentos técnicos dos funcionários não só reduziu a zero os acidentes, como também aumentou a capacidade produtiva, pois foram eliminados os desperdícios de materiais utilizados na produção de tijolos. O sucesso do projeto Marombas fez com que a diretoria da empresa incorporasse às suas diretrizes, ainda em 1998, o estímulo às ações de voluntariado nas comunidades. Assim surgiu o projeto Empresa-Cidadã. Até o fim desta pesquisa, cerca de 300 funcionários da empresa já tinham participado diretamente de algum projeto de voluntariado.

programas sociais. Isso você vai disseminando, influencia realmente. Um dos nossos objetivos com o programa de comunicação é estender para a sociedade as experiências que a gente tem tanto na parte de gestão como na parte de responsabilidade social.

Do depoimento acima, deduz-se que, apesar dos benefícios gerados, é visível o caráter antidissensual dos projetos sociais corporativos da Albras, pois os saberes das comunidades só são considerados dentro do esquema conceitual do discurso tecnicista da empresa, que, por investir nesses projetos, baseia sua atuação na mesma racionalidade instrumental que norteia o planejamento e a avaliação dos resultados de seus processos organizacionais internos. Seguindo a perspectiva de Rancière (1996a, 1996b), nota-se que a partilha do sensível sobre a definição do real dá-se, não como um momento de reconhecimento de outras falas possíveis sobre a realidade na qual são feitas intervenções, mas como um momento de colonização dessas outras falas possíveis pela racionalidade instrumental do mercado. Nesse sentido, lembra Paoli:

Em um duplo movimento para fora de si mesma, a “empresacidadã” realiza eficientemente sua beneficência localizada e produz, para o espaço público da opinião e para o espaço privado de seus pares, a perspectiva de uma presença ampliada, legítima, do próprio poder social do capital (PAOLI, 2002, p. 407).

No caso da Albras, é possível perceber que os projetos sociais corporativos da empresa – PAFAM e “Nosso lixo tem futuro” –, ao promoverem algumas mudanças efetivas na realidade social das comunidades beneficiadas, mesmo sendo projetos pontuais, conseguem passar a ideia de que a empresa está efetivamente engajada no desenvolvimento social do seu entorno. Todavia, é preciso dizer que tais projetos estabelecem um sistema de premiação dos indivíduos mais participativos, ou seja, daqueles que se envolvem efetivamente nos processos gerenciais disponibilizados pela empresa. A “mobilização dos pobres” presente no discurso neoliberal, à qual se refere Ivo (2001), é evidente, e somente os “bons” pobres, aqueles que são considerados “viáveis”, são contemplados com as ações de tais projetos.

Nesses termos, é possível dizer que o objetivo desse tipo de ações não é o reconhecimento efetivo de direitos sociais decorrentes da reivindicação daqueles que não têm parte na partilha do sensível de um

sistema de evidências que deveria revelar, ao mesmo tempo, a existência de um comum partilhado e dos recortes que definem os lugares e as partes respectivas dos grupos sociais que compõem o todo social (RANCIÈRE, 1996a, 1996b); é, antes, uma cidadania resumida à supressão de carências e à ideia de que o esforço individual e o espírito empreendedor são as maneiras pelas quais ela se manifesta e se consolida.

O caráter antidissensual dessas ações evidencia-se à medida que se entende que é necessária a transferência de saberes gerenciais provenientes do mundo empresarial para as comunidades beneficiadas e para as ONG que nelas trabalham. Esses saberes são produzidos e testados no mercado e são considerados como fundamentais no momento da disponibilização de recursos materiais ou humanos no desenvolvimento de projetos sociais. Isso porque são considerados os procedimentos adequados para o planejamento e a resolução dos problemas de modo racional, no que diz respeito à aplicação de recursos e à eliminação de desperdiços. Logo, é possível perceber nessas ações uma colonização da esfera do mundo da vida habermasiana pela racionalidade instrumental do mercado; por isso não temos dúvida de que as ações de RSE têm-se caracterizado como produtoras de esferas de participação social antidissensuais, pois as falas dos beneficiados são consideradas segundo os termos de uma lógica de pensamento que está imersa na racionalidade instrumental do mercado.

Desse modo, as ações sociais de RSE desenvolvidas pela Albras direcionam-se preferencialmente para os “supranumerários” ou para todos aqueles que são candidados a vir a sê-lo. No caso brasileiro, os “beneficiados” correspondem tanto aos que já estavam excluídos – pela ocorrência do que Wanderley Guilherme dos Santos (1987) identificou como uma cidadania regulada, na qual o acesso aos direitos dá-se pelo vínculo trabalhista reconhecido legalmente pelo Estado –, quanto aos que, até há pouco tempo, estavam incluídos nessa condição e hoje estão sendo excluídos. No primeiro caso, não havia uma figura própria na qual o cidadão podia manifestar-se como indivíduo, pois era o sindicato que viabilizava o acesso aos direitos, por meio do vínculo legal à corporação. No segundo caso, a flexibilização das relações de trabalho não apenas fragiliza o sindicato como figura de representação, mas também conduz à fragmentação da identidade social construída a partir do trabalho. Nos dois casos, “desempregados, desocupados, subempregados, trabalhadores sem emprego fixo e ocupação são na prática transformados em pré-cidadãos, ‘sujeitos ao tratamento hobbesiano clássico’, ou seja, à repressão pura e simples, tanto privada como estatal” (TELLES, 1999, p. 90). Nesse

quadro, essas vidas são convertidas em objetos de gerenciamento, pois a tomada de assalto dos espaços públicos pela racionalidade instrumental do mercado introduz critérios micros na racionalidade estatal, convertendo-a de modo subliminar em uma racionalidade privada (OLIVEIRA, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece que, nos dias atuais, estamos vivendo sob a égide de uma forma de sociabilidade que tende a naturalizar a precarização de direitos e a instabilidade no mercado de trabalho, o que conduz a uma fragilização das ideias de igualdade e justiça social como configuradoras de um mundo como projeto comum. Nessa forma de sociabilidade, o precário e o instável tendem a naturalizar-se como princípios ordenadores do mundo do trabalho, isso porque os discursos de inspiração neoliberal atribuem-lhes novas significações e gradativamente minimizam os significados de nocivo e perverso que possuem no imaginário social daqueles que nunca vivenciaram e dos que não mais terão a possibilidade de vivenciar os direitos sociais que a classe trabalhadora conquistou no decorrer do século XX. Todavia, esses discursos não fazem a perniciosidade dessa condição esvanecer-se da vida dos destituídos, apenas a escamoteiam insidiosamente em um discurso de responsabilização individual, fazendo-os crer que os lugares por eles ocupados na estrutura social são uma decorrência do simples mérito de cada um ou da simples falta dele, ou ainda pior: são uma mera questão de sorte ou azar. Dado esse cenário, a política cada vez mais passa a ser pensada e assumida como simples exercício biopolítico.

Diante dos fatos apresentados, o real converte-se no possível que está contido nas falas constitutivas do discurso do capitalismo globalizado. Os atores sociais, que não os produtores desse discurso, são pensados, não como sujeitos capazes de produzir adequadamente estratégias de vida ante as exigências impostas pela atual configuração do capitalismo, mas, antes, como meros receptáculos de um discurso que lhes desapropria a fala sobre outros possíveis. Isto é, se, por um lado, os projetos de RSE podem trazer benefícios econômicos e sociais para aqueles aos quais são dirigidos, por outro, parece condená-los à condição de meros condutores das diretrizes pensadas por aqueles que se apresentam como dotados de “legitimidade” para indicar o caminho do “possível”.

No nosso entendimento, as ações de RSE desenvolvidas pela Albras são uma manifestação clara do exercício biopolítico pela via do mercado,

uma vez que se apresentam, mesmo que isso seja negado pelo discurso da parceria intersetorial defendido pela empresa, como um substitutivo do poder público municipal na formulação de soluções organizativas para os problemas enfrentados pelas comunidades beneficiadas. Em outras palavras, as ações de RSE apresentam-se, não como uma forma de política, pois elas não reconhecem cidadãos dotados de direitos e, principalmente, capazes de uma fala efetivamente dissensual, mas como uma forma de gestão. O que elas reconhecem são clientelas carentes de assistência que precisam ser capacitadas para a responsabilidade de gerir os problemas sociais por elas enfrentados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO. **Relatório de sustentabilidade da indústria do alumínio**. São Paulo, 2005. 52 p.

ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A. **Relatório anual da Administração (ano de 2003)**. Barcarena, 30 jan. 2004. 26 p.

_____. **Relatório anual da Administração (ano de 2004)**. Barcarena, 30 jan. 2005. 28 p.

_____. **Relatório anual da Administração (ano de 2005)**. Barcarena, 31 jan. 2006. 30 p.

_____. **Relatório anual da Administração (ano de 2006)**. Barcarena, 31 jan. 2007. 35 p.

_____. **Relatório anual da Administração (ano de 2007)**. Barcarena, 31 jan. 2008. 38 p.

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. Retorno a la jaula de hierro: el isomorfismo institucional y la racionalidad colectiva en los campos organizacionales. In: DIMAGGIO, P.; POWELL, W. (Org.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 104-125.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Consumo industrial. In: MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA. Mercado de Energia Elétrica 2006 – 2016. Rio de Janeiro. Empresa de Pesquisa Energética. p. 43-93. 2005.

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

FOUCAULT, M. Clase de 17 de marzo de 1976. In: FOUCAULT, M. **Defender la sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 217-237.

FURTADO, C. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo. Editora Paz e Terra; p. 117. 1999.

GIDDENS, A. Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro. Record; p. 108. 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IVO, A. R. L. **Metamorfoses da questão democrática: governabilidade e pobreza**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. São Paulo: Vozes; NEDIC; FAPESP, 1999. p. 55-82.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: B de S. Santos (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. P. 373-418. 2002.

PINTO, L. F. Mineração e desenvolvimento no Sudeste do Pará: há mesmo? 2005. Disponível em 13/10/2005. www.adital.com.br. Acesso em: 13/03/2007.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a. p. 367-382.

_____. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996b.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça social: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

TARSITANO NETO, Frederico. 1995. **A divisão internacional do trabalho e a nova indústria do alumínio na Amazônia**. In: CASTRO, Edna et alli (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPA, p. 71-87.

TELLES, V. S. No fio da navalha: entre carências e direitos. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). **Estudos, formação e assessoria em políticas sociais Programa de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades**. Mimeografado. 1998. p. 9-36.

_____. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **A modernização vista de baixo**. Mimeografado. 2000.